



## MULHER NEGRA AFRICANA: NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA DAS EXPERIÊNCIAS DE UMA NIGERIANA E SUAS RELAÇÕES COM O FEMINISMO NEGRO

**Temitope Jane Aransiola** – topejane@gmail.com

Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, São Paulo, Brasil, bolsista CNPq;  
<https://orcid.org/0000-0002-4171-6190>

**RESUMO:** O trabalho é uma narrativa autobiográfica usando o conceito de *outsider within* da Patrícia Hill Collins com objetivo de refletir sobre os aspectos construtivos de ser mulher negra africana e estrangeira no Brasil, momento que se iniciou em 2011 ao deixar Nigéria para estudar no exterior. O objetivo é, além de documentar esse trajeto, mostrar, através da minha narrativa, as percepções que se formam ao me reconhecer como negra ao longo dos anos diante da minha posição de subalternidade. Esse tipo de produção de conhecimento tem sido valorizada dentro do feminismo negro. Utilizo autoras como Djamila Ribeiro (2018), Patrícia Hill Collins (2016), Bell Hooks (2015), Sueli Carneiro (2003), Chimamanda Adichie (2009; 2015), que discutem a identidade e condição da mulher negra, as diferentes categorias de diferença, a importância de redes de mulheres que pensam a condição da mulher ao reconfigurar o espaço que elas ocupam ao ajudar pensar sobre o feminismo, além de possibilitar pensar questões de gênero, raça e classe como eixos interseccionais. Algumas dessas autoras entendem que a mulher negra em sua posição de marginalidade possui uma perspectiva potencial e permite a ampliação de estudos que podem ser pertinentes para pensar a heterogeneidade de um movimento que valoriza suas particularidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres negras; Feminismo negro; Narrativa autobiográfica.

### 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho reflete e é o produto da minha trajetória como uma estudante nigeriana que veio a se reconhecer como africana no Brasil. Foi um processo que se iniciou em 2011, desde a minha chegada ao Brasil, explicitando as dificuldades, o choque cultural, a descoberta de novos costumes, a culinária e também questão racial. Tem sido o desenvolvimento de identidades em processo que revela a condição de ser mulher, estrangeira, estudante e africana, posições por vezes conflitantes que escapam de qualquer forma de fechamento e que negócio em diferentes momentos.

Importante que o ser africana de pele negra, muitas vezes, assombra todas as outras possíveis questões, porque quando alguém olha para mim a primeira coisa que enxerga é a cor da minha pele, e antes que eu tenha a chance de negociar outras identidades já me posiciona com base simplesmente na minha cor. Um exemplo disso foi a experiência que passei num banco. Ao ser atendida, o recepcionista deu uma olhada rápida para mim e durante a maior parte do atendimento seus olhos não mais saíram do computador. Ele pediu um documento e entreguei minha carteirinha da Universidade, que era o único

documento que estava comigo. Ao ler ‘estudante de mestrado da UEPG’, o funcionário do banco levantou os olhos e sorriu para mim. A partir daí, o atendimento seguiu um rumo mais ‘amigável’.

Situações como esta, e muitas outras, giram em torno das minhas experiências de ser negra no Brasil. Ser estudante e estrangeira é tirar nota alta numa prova e meus colegas acharem ‘bom demais’: nas palavras de uma colega de classe: “a Jane tirou oito igual a gente”. E o ser mulher negra? São aspectos problemáticos que giram em torno da identidade. As relações de poder que permeiam questões de gênero, raça e classe estruturam a sociedade. Tenho encontrado diferentes formas de pensar quando descobri autoras feministas negras como Sueli Carneiro, Matilde Ribeiro, Bell Hooks e Djamila Ribeiro, para citar algumas. O que estou tentando explicitar é que me reconhecer como africana e mulher negra no Brasil não foi algo que eu planejei; simplesmente me tornei sensível e perceptível a situações que foram/são provocadas pela minha negritude. Digo isso porque como nigeriana (o país com o maior número de negros no mundo inteiro) nunca tinha me ocorrido que eu era negra<sup>1</sup>.

Desde então, comecei a entender que ser negra no Brasil representa algo em relação a que eu precisava me posicionar. Eu tinha que estar pronta para enfrentar racismo, preconceito e discriminação. O que parece ser contraditório num país onde mais da metade da população se autodeclara negra (preta ou parda, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE). Logo depois de alguns meses aqui no Brasil, entendi o porquê de ser seguida pelo segurança do mercado, da indiferença nos atendimentos (como no banco e no comércio) e de frases cruéis que ouvi (como quando me diziam que eu não merecia estar na UPEG porque estava “roubando vagas de brasileiros”). A pior de todas as situações foi quando uma criança de 5 anos falou: “eu não quero brincar com você porque você é escura”, em uma confraternização na qual estavam presentes quase cem pessoas em Londrina. As lágrimas escorreram, queimando minhas bochechas. Naquele momento simplesmente saí em silêncio para uma caminhada enquanto me fazia séries de perguntas sobre mim mesma, a minha cor de pele, a minha vinda para o Brasil e a crueldade que existia aqui. Essa foi a experiência mais chocante.

Desde então, decidi criar meios de lidar com a situação, de obter respostas e de ouvir as experiências de outras pessoas e nesta convivência buscar formas de contestar essa imagem do ser africano, de mudar o olhar de ‘desconfiança’, de ‘pena’ e de estereótipos. Hoje consigo trabalhar através de espaços conquistados na UEPG através de projetos de extensão, como “Letramento Acadêmico” e “Identidades, Interculturalidade e Letramentos Acadêmicos”, desenvolvidos no Núcleo de Relações

---

<sup>1</sup> Estou em acordo com Ferreira (2014) quando esta afirma: “neste capítulo, tenderei a utilizar as expressões ‘negros’ e ‘brancos’ (embora a categoria ‘negro’ não exista na classificação do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Estou, assim, seguindo a nomenclatura que o movimento negro utiliza, - em que ‘negro’ assume a junção entre preto e pardo na classificação oficial do IBGE” (p. 84). Assim, no decorrer deste trabalho utilizo a nomenclatura ‘negros’ e ‘brancos’, compreendendo que o signo ‘negros’ reúne as categorias ‘pretos’ e ‘pardos’.

Étnico-Raciais de Gênero e Sexualidade (NUREGS), e do Programa de Mestrado em Estudos da Linguagem.

O presente trabalho apresenta as minhas experiências como mulher negra africana no Brasil, o tornar-se negra e as dificuldades que enfrento num país onde a mulher negra possuem empregos com menores rendimentos e são menos reconhecidos no mercado de trabalho, de acordo com estudo realizado por Márcia Lima (1995) e citado por Sueli Carneiro (2003). O mesmo dado consta na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) organizado pelo Instituto Brasileiro Nacional de Geografia (IBGE) de 2015 onde mulher negras ocupam as posições de baixa hierarquia como trabalhador doméstico de 64% a 33,02 para mulheres brancas. Assim como mencionado, relato minhas experiências, usando o apoio teórico em autores(as) que me ajudam pensar o processo de (des)(re)construção da noção de ser mulher negra através do movimento feminismo negro com base em um ponto de vista próprio de uma estrangeira. Finalizo com considerações finais acerca do resultado da percepção que me foi proporcionada através desta condição de autodefinição.

## 2 DISCUSSÃO TEÓRICA

Parto do pressuposto teórico de Patrícia Hill Collins (2016) do conceito de *outsider within* que é utilizar experiências próprias para produzir conhecimento a partir de um ponto de vista único. Para ela:

Esse *status* de *outsider within* tem proporcionado às mulheres afro-americanas um ponto de vista especial quanto ao *self*, à família e à sociedade<sup>5</sup>. Uma revisão cuidadosa da emergente literatura feminista negra revela que muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero (COLLINS, 2016, p. 2).

Utilizo da minha posição de subalternidade para desenvolver uma forma de ver o mundo, visão proporcionada através minha condição de estrangeira.

Para situar o meu lugar de fala, como já relatado até aqui, a minha trajetória pessoal e estudantil é muito importante. É para explicar como as minhas experiências no Brasil como africana e estrangeira têm me proporcionado uma realidade diferente, cheia de oportunidades, desafios, conquistas e aprendizagens. Vir para o país é e tem sido uma aventura que provoca em mim outras maneiras de olhar para o mundo. Ao falar que existe uma imagem do que significa ser africano também tem a noção do que é morar no Brasil. Antes de viajar as minhas únicas referências eram o time da seleção brasileira de futebol e o carnaval.

Durante as aulas de português, ainda na Nigéria, aprendi mais um pouco sobre a cultura brasileira. Os lugares sobre quais aprendi eram São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador da Bahia. Ensinaram sobre como as pessoas brasileiras são simpáticas e acolhedoras, mas não explicaram que no Sul do país as

pessoas poderiam ser bem diferentes. É necessário mencionar isso porque moro em Ponta Grossa e muitas pessoas são reservadas e não tão receptivas. Essas breves referências que tive do Brasil me ajudaram a construir uma história única, estereotipada dos brasileiros.

Assim, iniciei os estudos na Universidade Estadual de Ponta Grossa em 2011 para cursar Jornalismo e não levou nada mais que poucos dias para perceber as diferenças culturais e sociais. As consequências de possuir somente uma única história sobre brasileiros dificultaram a aceitação da realidade em que me encontrei. Ao longo dos anos, tive que passar por um processo de desconstrução e reconstrução da imagem do Brasil e da minha própria identidade que é fragmentada e instável (SILVA; HALL, 2000).

Nas primeiras semanas, recebi muitos olhares que exprimiam estranhamento, curiosidade, algumas poucas pessoas ousavam fazer perguntas sobre mim e minha origem. O processo de adaptação foi árduo, e durou em torno de dois anos para, pelo menos, me desprender de tudo que eu achava que sabia da cidade, fazer algumas amizades, saber me virar e, principalmente, entender que a minha cor de pele era algo que ia me causar certas dificuldades.

No meio das curiosidades das pessoas sobre mim, deparei-me com a representação que as pessoas daqui de Ponta Grossa tinham da Nigéria e da África de modo mais geral: crianças passando fome, guerras civis, miséria, florestas, savanas, animais selvagens, pessoas morando em árvores e o safari, além de que viam a África como um país e não um continente. Me faziam perguntas sobre a extrema miséria presente na Somália e o safari na África do Sul, sendo que eu tinha pouco ou nenhum conhecimento sobre esses lugares. No começo, respondia com espanto; depois, irritação leve, indignação e, atualmente, aproveito tais oportunidades para desconstruir esta representação estereotipada do continente que é construída por uma rede conjunta de discursos. Em meio a esse processo e convivendo com outros estudantes africanos na universidade e na cidade, passei a me cobrar para aprender um pouco sobre outros países africanos, como Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, entre outros.

Durante esse processo de desconstrução, reconstrução e negociação, passei a me identificar como africana e negra, tornei-me mais sensível à cor da minha pele e perceptível às questões raciais. Tudo isso despertou o interesse em pesquisar nestas áreas. Por isso, desde 2012, participo do projeto de extensão Letramento Acadêmico, onde alunos estrangeiros apresentam palestras sobre seus países como forma de mostrar estes países sob outra visão, que não seja do ponto de vista hegemônico que conhecemos no Brasil. Com essa finalidade em mente, tenho participado em eventos promovidos pelo Núcleo de Relações Étnico-Raciais, de Gênero e Sexualidade (NUREGS), pelo Núcleo de Assessoria Pedagógica (NAP) e pelo Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Tenho realizado palestras nos dias da Consciência Negra e organizei, junto com outros alunos, o Dia da África em 2012.

Esse trajeto também me incentivou a fazer meu Trabalho de Conclusão de Curso em 2014; um livro-reportagem que intitulei como o *Relatos de alunos africanos em cinco Universidades Estaduais do Paraná*. Esse livro tem como foco compartilhar os relatos de outros alunos africanos sobre as experiências deles no Brasil. Durante a produção desse livro, eu também estava tentando entender se as minhas experiências eram peculiares, se eu estava vendo coisas de uma maneira exagerada, se o problema era eu. Nos relatos, a maioria dos estudantes expressou as mesmas coisas, como a questão de discriminação, o preconceito e as perguntas estranhas que eram feitas, entre outras. O trabalho me ajudou a repensar como lidar e trabalhar estas questões.

A mesma coisa me motivou minha pesquisa de mestrado, através dela tento entender a maneira como africanos são representados pela mídia brasileira. Atualmente, compreendo que muito da visão que as pessoas têm da África é resultado das representações presentes num conjunto de rede de discursos, como os livros didáticos, a *internet* e a mídia. Neste sentido, o discurso se estabelece num momento ideológico e de escravização no país de forma a se reproduzir questões sociais, históricos e econômicas entre outras. Partindo dessa perspectiva, neste trabalho, assim como explicado na introdução, busco fazer uma reflexão narrando minhas próprias experiências vividas a partir do momento em que me reconheci mulher negra africana.

Ser mulher negra e africana no Brasil permeia noções rígidas de poder que dita quem pode falar, onde e quando pode falar e para quem pode falar. Morar no Brasil como estudante estrangeira (africana) e negra é se tornar perceptível às questões de gênero, raça e classe. Não é que as desigualdades de gênero e classe passavam despercebidas por mim na Nigéria, mas no Brasil a raça fez elas ganharem uma proporção maior. No meu país de origem, as desigualdades de gênero são imbricadas nas nossas culturas, costumes e tradições que se torna quase impossível notá-las e assim sem poder questioná-las. Desde criança, as garotas são criadas para serem boas esposas, elas têm que saber cozinhar e gostar de cuidar dos afazeres de casa. Como garota, cresci ouvindo a frase repreensiva: “é assim que vai ser quando for casada”? Nenhum homem vai gostar disso”. Aos poucos isso é internalizada e influencia na busca pelo que consideram a sua maior realização, o casamento. Mesmo num relacionamento abusivo, julgam que é da responsabilidade da mulher ser melhor e cuidar do homem. Embora cresci numa família onde meus pais nunca me pressionaram sobre o casamento e a realização pessoal e profissional sempre foram prioridades.

(Re)negociação, desconstrução, construção, são palavras que descrevem a minha trajetória como uma estudante nigeriana que veio a se reconhecer como africana no Brasil. Pensando na minha trajetória, lembro-me de quando eu me interessei pelo feminismo, foi numa aula de mestrado sobre Estudos Culturais quando tive contato com os textos de Judith Butler e Joan Scott. A partir dos textos descobri que a ideia que eu tinha do movimento é a que a mídia as representa como mulheres agressivas, que

odeiam homens e que são lésbicas. O movimento se apresentava para mim como um movimento de mulheres brancas que lutam pela igualdade salarial entre outras coisas. As leituras me fizeram repensar e questionar o lugar das mulheres negras dentro dela, o que deu início à minha busca pelo feminismo negro onde questões como a violência sexual, a desigualdade racial e a desvalorização no mercado de trabalho são questões centrais.

Na primeira instância, na minha busca pelas feministas negras descobri Sueli Carneiro, Angela Davis e Bell Hooks, além de outras mulheres negras cujas lutas foram importantes para pensar na emancipação da construção do sujeito mulher negra. Ainda de forma limitada, foi confortável saber que existia um movimento que trata das especificidades da mulher negra e que eu poderia fazer parte dela. As perguntas que eu recebia de como a mulher negra tem beleza exótica e as brincadeiras sobre meu cabelo ser duro começaram a fazer mais sentido para mim. Não eram mais meras brincadeiras ou palavras aleatórias, elas são intencionais e se configuram em espaços ideológicos. Comecei a prestar mais atenção à minha volta e nas situações desagradáveis que me aconteciam, por exemplo, homens dentro de carros que buzina e dão aquele sorriso malicioso ou falam alguma palavra obscena. Percebi como essas são formas violentas de relações sociais. Djamila Ribeiro (2018) atesta que:

É preciso perceber que o humor não é isento, carregando consigo o discurso do racismo, do machismo, da homofobia, da lesbofobia, da transfobia. Diante de tantos humoristas reprodutores e opressão, legitimadores da ordem, fico com a definição do brilhante Henfil: “O humor que vale para mim é aquele que dá um soco no fígado de quem oprime” (RIBEIRO, 2018, p. 31-32).

Eu me dei conta de que o fato de alisar o cabelo aos treze anos não era um ato tão inocente, mas sim, vem da noção de querer se encaixar no padrão de cabelos lisos e sedosos que balançam ao vento. Situação que decidi mudar dois anos depois que me mudei para a cidade de Ponta Grossa, após sofrer um corte químico usando um produto que a atendente falou que era só um relaxante. Na época, decidi parar de alisar não sabendo que era um ato político, mas porque eu cansei de sofrer a dor de queimar meu couro cabeludo.

Outra coisa que se despertou em mim é maneira como as pessoas geralmente reagem a mim dependendo do que estou vestindo. Por exemplo, se eu sair de casa de shorts, uma blusa e um chinelo de havaianas, no verão, as pessoas me dão menos atenção, principalmente se eu for ao mercado, shopping ou para uma loja. Diferente de quando é uma mulher branca, o ‘look’ é considerado despojada, mas para uma mulher negra é percebida como ‘desvalorizada’, ‘desarrumada’, pior ainda se ela for de cabelo crespo ou black power. Bell Hooks (2005) descreve de maneira clara as questões raciais acerca do alisamento de cabelo de mulheres negras em seu ensaio, *Alisando nossos cabelos*, ao explicar como o cabelo era um ritual

de passagem para ser mulher, o momento de solidariedade em que elas se reúnem em suas cozinhas enquanto alisavam seus cabelos.

Durante os anos 1960, os negros que trabalhavam ativamente para criticar, desafiar e alterar o racismo branco, sinalavam a obsessão dos negros com o cabelo liso como um reflexo da mentalidade colonizada. Foi nesse momento em que os penteados afros cultural à opressão racista e fora considerado uma celebração da condição de negro(a) (HOOKS, 2005, p. 2).

Pode-se afirmar que:

O alisamento era claramente um processo no qual as mulheres negras estavam mudando a sua aparência para imitar a aparência dos brancos. Essa necessidade de ter a aparência mais parecida possível à dos brancos, deter um visual inócuo, está relacionada com um desejo de triunfar no mundo branco (HOOKS, 2005, p. 2).

A autora me fez pensar sobre meus treze anos de idade quando falei para minha mãe que queria alisar os cabelos pela primeira vez porque todas as meninas da escola usavam alisado pois era mais fácil de cuidar. Refleti sobre como fazer tranças é algo natural para mulheres nigerianas, mas também usar os cabelos naturais soltos é considerado ‘cabelo desarrumado’. A discriminação com os cabelos crespos vêm da necessidade de seguir o modelo eurocêntrico de beleza, modelo que aflige muitas mulheres no mundo inteiro. Sofri muita opressão por causa de meu cabelo e por usar tranças. Frequentemente ouvi as perguntas, “como faz para lavar? Dá para lavar?” além do espanto delas quando tocam e percebem que é macio.

Diante do despertar nas questões de raça e de gênero, considero minha mãe e minhas avós figuras importantes no processo de me auto definir, embora o reconhecimento com mulher negra fosse mais tarde. Mesmo antes de me considerar feminista, minha mãe e meu pai me criaram para ser independente e me deram apoio para seguir qualquer carreira que eu quisesse. Patrícia Hill Collins (1990) alerta para a importância de um relacionamento de mulheres negras, principalmente dentro da família, que serve como rede de apoio, um espaço seguro onde podem se expressar livremente. O papel da rede é garantir que suas vozes serão ouvidas e suas experiências terão relevância; um espaço onde seus discursos não precisam ser controlados, contribuindo para criação de um ponto de vista autodefinido individual e coletivo. Para Collins (1990) é nesse espaço, que pode ser na música (blues), na literatura ou em grupos/comunidades de outras mulheres negras que elas podem compartilhar suas narrativas e criar laços, pois:

Esse reconhecimento compartilhado ocorre frequentemente entre mulheres afroamericanas que não se conhecem, mas que vêem a necessidade de valorizar a condição de mulher Negra (COLLINS, 1990, p.9).

O feminismo negro serve como um movimento onde mulheres formam comunidades em visibilidade na luta contra o sexismo, opressão racial e a desigualdade (COLLINS, 2017; CARNEIRO, 2003; HOOKS, 2015). Então, para mim, essas redes têm sido muito importantes pois posso compartilhar minhas experiências com outras mulheres. Lembro-me de discutir sobre um caso de estupro com uma amiga e falamos sobre a situação das mulheres negras diante do estupro e pela primeira vez, tomei consciência de como a condição da mulher negra é uma construção sóciohistorica que tem bases no regime escravista em que os homens brancos aproveitavam das escravas.

Ainda sobre a comunidade de mulheres, apesar da minha mãe me apoiar em tudo, ela não mora comigo no Brasil e não consigo contar para ela sobre as dificuldades raciais que enfrento aqui. Isso porque não sei que formas contar para ela, e nem se ela entenderia ou como ela lidaria com a informação. Além de não saber como de explicar, eu prefiro poupá-la dessas problemáticas.

Outra feminista que me inspirou bastante foi a escritora nigeriana Chimamanda Adichie. O primeiro vídeo que assisti foi ‘o perigo da história única’ em 2009 que ela fala sobre as redes de poder que estruturam a (re)produção de discursos estereotipados pelo princípio de *nkali*, palavra que na língua igbo (nigeriana) significa poder. Anos depois li o seu livro ‘Sejamos todos feministas’, em que apresenta a importância do movimento e necessidade de ter rede de pessoas que entendam as suas causas.

Depois que eu comecei pensando em como as lutas das mulheres negras são diferentes das mulheres brancas, a minha percepção me fez pensar nas situações de outras pessoas ao meu redor, o que me fez interessar mais sobre suas histórias. Uma vez, fiz uma pergunta a uma amiga (negra) advogada se em algum momento já se sentiu silenciada, depois de pensar por um tempo, respondeu que sim e me contou sobre como nas reuniões do escritório, de majoritariamente homens brancos com a presença de duas mulheres brancas, sendo ela a única negra, suas ideias são dispensadas. Ela conta que se sente silenciada pois assim que ela começa a falar um colega a interrompe. Logo percebeu sua condição se tornou mais evidente dentro do escritório quando todos se referem a ela como *globeleza*, em vez de usar seu nome como fazem com outras pessoas do trabalho. Ela explicou que tentou mudar a situação reiterando que prefere ser identificada pelo nome, mas nada mudou. Depois que contou a história, simpatizei com ela e percebi como a gente nunca conversou sobre as questões que enfrentamos como mulheres negras. Infelizmente a única forma que ela soube lidar com as coisas foi evitar falar durante as reuniões e manter um posicionamento distante em relação aos colegas.

Somente tive mais contato com a bibliografia de outras feministas negras através da disciplina de Gênero, raça, diferença e subjetivação, em que tive acesso a livros da Patrícia Hill Collins, Virginia Bicudo, Ângela Davis, Matilde Ribeiro, Neuza Santos para citar alguns.

Ser mulher negra e africana é aprender que preciso lutar diariamente contra o silenciamento e contra qualquer forma de opressão pela sociedade, ao ditar como devo usar meu cabelo, me vestir e devo



falar, porque falo alto demais. Nestas perspectivas, tento pensar em formas de lidar com estas situações. Mas primeiro, devo dizer que é interessante lidar com o espanto das pessoas quando digo que sou estudante de doutorado ao me perguntarem se vim para Brasil trabalhar numa fábrica, não que há problema algum nesse tipo de trabalho, mas é nas pessoas associarem uma estrangeira a posições sociais baixas.

Na relação ambígua da minha identidade, percebi que quando perguntam sobre minha profissão e digo que sou estudante a reação é geralmente positiva, mas quando respondo que trabalho num salão de beleza ficam desinteressados e a conversa acaba. Às vezes a pergunta que segue é se eu não penso em fazer faculdade. Algumas vezes, respondo com orgulho de que sou estudante de doutorado e percebo que as pessoas acham isso muito interessante. No começo eu gostava de gabar da minha escolaridade porque a pessoa me olha com respeito, mas percebi que no mesmo tempo que estava tentando mostrar que eu tinha capacidade de estar ocupando espaços de pessoas brancas também estava me distanciando de outras que não possuem o mesmo grau de escolaridade. Em outras palavras, não há nada de errado em valorizar a minha formação, mas não tinha a consciência dos motivos que me levavam a me posicionar de tal forma.

É quase na mesma linha do texto do M. Lee ao relatar sua experiência sobre como a universidade é um lugar de pseudo ascensão social e de perpetuação de hierarquia de classe principalmente para minorias que tentam alcançar melhor estilo de vida. Assim como ele muito bem colocou, “estar na universidade fazia de nós cúmplices na renovação e perpetuação da hierarquia de classe” (MLEE, 2012, p 133). A leitura do texto me ajudou refletir sobre como esse processo de construção identitária é ambígua e necessita de constante reflexão crítica.

Virginia Bicudo (2010) apresenta esse cenário em seu estudo sobre pretos e mulatos em São Paulo em que mostra, através de relatos, como os primeiros buscam a ascensão social para distanciar das questões raciais. De acordo com os dados, pessoas pretas de classe intermediária tem consciência da cor, mas acham que podem se afastar dela com sua posição de classe, através da ascensão social. M. Lee e Virginia justamente pensam em como isso é uma ilusão, pois essas pessoas acabam percebendo que a condição financeira não as isenta de problemas raciais.

Gênero, classe e raça são eixos interligados. Pensar elas como categorias isoladas evitar problematizá-las dentro de seus contextos interligadas. São interconexões pensadas por movimento feminista como relações historicamente contingentes e específicas a determinado contexto (BRAH, 2006). Crenshaw (2002), Davis (2016) e Ribeiro (2008) também documentam como a inclusão de raça nas questões de gênero foi um marco importante para o movimento feminista porque possibilitou que circunstâncias específicas fossem pensadas de forma contextual em vez de serem tomadas como problemas sociais universais. “O movimento se inscreve na multiplicidade de experiências ainda que

articulasse uma posição particular de sujeito feminista”. (BRAH, 2006, p. 357). Para mim, depende do contexto em que estou inserido, a situação depende como sou tratada, por exemplo, no Brasil, a raça se coloca em primeiro lugar, mas na Nigéria, as desigualdades de gênero se evidenciam mais.

E o que é tornar-se negro? Neusa Santos expressa isso de forma clara quando descreveu que a condição do negro no país é perceber que a ascensão social não isenta os negros de racismo. Para Neusa (1983) ser negro é tomar consciência do processo ideológico discursivo que o condiciona a uma imagem carregada de estereótipos, visão enraizada na condição social dos negros durante o regime escravista, e reconhece-lo, não o aceitando, mas criando um novo significado. “Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro” (SANTOS, 1983, p. 77).

A possibilidade de construir uma identidade negra – tarefa eminente política- exige como condição imprescindível, a contestação do modelo advindo das figuras primeiras – pais ou substitutos – que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco. Rompendo com este modelo, o negro organiza as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio (SANTOS, 1983, p. 77).

Para Neusa, nascer com pele preta ou com traços de pessoas negros e compartilhar da mesma história de discriminação racial, não se caracteriza, por si só, uma identidade negra. Há um discurso ideológico que permeia a construção de um imaginário do que representa a negritude.

Se para Neusa torna-se negro é estar consciente de que a tentativa de embranquecer ou de ascender socialmente não nos torna mais próximo do branco, Patrícia Hill Collins explica que ser *womanist* é abraçar sua condição de mulher negra, pois celebra a diferença, a diversidade, pluralidade e heterogeneidade. Para mim, mulher negra e africana, é estudar e trabalhar mais para ter o mínimo, é ter a segurança do shopping ou do supermercado me seguir assim que eu entrar dentro de qualquer loja, é convencer a mim mesma que eu mereço estar em alguma posição/lugar porque trabalhei duro para estar lá e não porque roubei vaga de ninguém. É me lembrar que não preciso ser ‘forte’ o tempo todo, apesar de todas os problemas que enfrento e usar minha posição de *outsider within* para valorizar meu ponto de vista.

O feminismo negro oferece o suporte de trabalhar as questões de gênero e raça porque tem como principal eixo articulador, o racismo e o seu impacto sobre as relações de gênero, por isso a luta das mulheres negras contra opressão de raça e gênero tem desenhado novos contornos para pensar esses eixos. Segunda a Sueli Carneiro (2011):

Essa marginalidade peculiar é o que estimula um ponto de vista especial da mulher negra (permitindo) uma visão distinta das contradições nas ações e ideologia do grupo dominante. A grande tarefa é potencializá-la afirmativamente através da reflexão e da ação política (CARNEIRO, 2011 p. 4).

A abordagem de pensar sobre a interconexão dos vários sistemas de opressão e nas formas que tal interseccionalidade pode promover resistência ajuda a movimentar as mulheres negras em direção a construção de uma comunidade a partir da heterogeneidade. (COLLINS, 2017). Neste sentido,

Isso pressupõe que tal perspectiva chega sem conflito, rigor intelectual e luta política. Enquanto a localização particular das mulheres negras proporciona um ângulo diferente de visão sobre a opressão, essa perspectiva não é privilegiada e nem completa. Nesse sentido, abraçar as ideias de heterogeneidade dentro das comunidades de mulheres negras martelando ponto de vista de mulheres negras autodefinidas abre o caminho para outros grupos que desejam seguir. (COLLINS, 2017, p. 21-22).

Sueil Carneiro (2003) também consta que a diversificação das concepção e práticas políticas do grupo subalternizado introduzem no feminismo novos sujeitos políticos. Considero que essa trajetória me tornou num sujeito político que pensa nas diferentes formas de ser mulher negra africana.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de fazer essa reflexão é justamente para documentar minha trajetória no Brasil, o que considero pertinente para meu desenvolvimento pessoal e profissional porque a maior parte das minhas pesquisas giram em torno desta percepção. Ser mulher negra africana me proporciona uma visão plural e diversificada de mundo, pois “como *outsiders within*, estudiosas feministas negras podem pertencer a um dos vários distintos grupos de intelectuais marginais cujos pontos de vista prometem enriquecer o discurso sociológico contemporâneo” (COLLINS, 2016, p. 3).

Tracei um percurso autobiográfico para mostrar as maneiras como trabalho com estas questões, as semelhanças e diferenças desses aspectos de ser nigeriana e estrangeira no Brasil. Nesse trajeto demonstro como passei a me identificar com o movimento feminista negro, a importância de adquirir conhecimento sobre como lidar com estas questões em suas categoriais contextuais e saber que existem espaços seguros onde minhas lutas ganham voz, além de serem valorizadas. Com apoio nestas autoras, reconheço que estar numa posição subalternizada potencializa minha visão desta realidade das desigualdades sociais, de raça e de gênero.

### 4 REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda. ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_4uXhbSWIjs](https://www.youtube.com/watch?v=_4uXhbSWIjs). Acesso em: 24 maio 2017.

ARANSIOLA, Tope Jane. **Discursos sobre a África presentes na mídia brasileira**. 2018. 204 f. Dissertação (Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, v. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006.

BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. Marcos Chor (Org.). São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.

CARNEIRO, Suely. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

COLLINS, Patrícia Hill. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso\*. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, e175118, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a Outsider Within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-126, jan./abr. 2016.

COLLINS, Patricia Hill. The power of self-definition. In: COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York, London: Routledge, 1990, p. 91-114.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-18, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

STUART, HALL. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 12. ed. 2000, p. 103-133.

HOOKS, Bell. Alisando o Nosso Cabelo. **Revista Gazeta de Cuba** - União de escritoresy Artista de Cuba, janeiro-fevereiro de 2005.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 16, p. 193-210, Abril 2015.

M. LEE. “Talvez eu não esteja em ascensão social, talvez esteja questionando as hierarquias de classe”: jovens pobres na universidade e a sobrevivência sob a hierarquia. **E-cadernos CES**, v. 18, p. 132-139, 2012.

RIBEIRO, Djamilia. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 987-1004, set./dez. 2008.

SANTOS, Neuza. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições GRAAL. 1983.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

***Title***

Black African woman: autobiographical narrative of a Nigerian woman's experiences and her relationship with black feminism.

***Abstract***

This paper is an autobiographical narrative using Patricia Hill Collins' concept of an *outsider within* to reflect on the constructive aspects of being an African and foreign black woman in Brazil, a moment that began in 2011 when I left Nigeria to study abroad. The goal is, besides documenting this path, to show, through my narrative, the perceptions that are formed by recognizing myself as a black woman over the years using my position of subordination as a stand point. This kind of knowledge production has been valued within the black feminist. I use authors such as Djamila Ribeiro (2018), Patricia Hill Collins (2016), Bell Hooks (2015), Sueli Carneiro (2003), Chimamanda Adichie (2009; 2015), who discuss the identity and condition of black women, the different categories of contrast, the importance of women's network that think about the condition of women in reconfiguring the space they occupy in helping to think about feminism, as well as making it possible to think about gender, race and class as intersectional axes. Some of these authors understand that the black woman in her position of marginality has a potential perspective that allows the expansion of studies that may be pertinent to think about the heterogeneity of a movement that values their particularities.

***Keywords***

Black women; Black feminism; Autobiographical narrative.

---

Recebido em: 17/11/2019.

Aceito em: 22/12/2019.